



# **EDITAL**

**N.º 16/CML/2014**

**(Parecer sobre POR Lisboa 2014-2020)**

**ANTÓNIO COSTA**, Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, no exercício das competências previstas no art.º 72º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do n.º 1 do art.º 56º aplicável às áreas metropolitanas por força do disposto no artigo 104º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna público que o Conselho Metropolitano de Lisboa, reunido extraordinariamente em 27 de março de 2014, aprovou por unanimidade com 17 voto(s) a favor do(s) município(s) de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira, representando 2.231.289 eleitores da Área Metropolitana de Lisboa, ou seja, 92,82%, a Proposta n.º 15/CML/2014 – Parecer sobre POR Lisboa 2014-2020, em anexo.

Para constar e produzir os efeitos legais se publica o presente edital, que vai ser afixado nos locais do costume e publicado no sítio da Internet da Área Metropolitana de Lisboa.

Lisboa, 27 de março de 2014

O Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa

a)António Costa

## **PROPOSTA Nº 15/CML/2014**

### **[Parecer sobre o Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020]**

Considerando que:

- A - O Governo incumbiu a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) de preparar para a NUTS II da Área Metropolitana de Lisboa, a programação do novo ciclo de fundos comunitários, para o período 2014/2020;
- B – A CCDR-LVT preparou o Programa Operacional de Lisboa 2014-2020 (adiante PORL), o qual remeteu para apreciação do Conselho Metropolitano de Lisboa;
- C – Compete ao Conselho Metropolitano de Lisboa, ao abrigo do disposto na alínea h) do nº 1 do artigo 71º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para a área metropolitana;

**Tenho a honra de propor que o Conselho Metropolitano de Lisboa delibere:**

1. **Congratular-se com o acolhimento e densificação, na Proposta de PORL (pág. 212), dos 3 Eixos estratégicos propostos na Deliberação 23/CML/2013, a saber:**
  - a) *Valorização da base ecológica e cultural - promoção de ações articuladas (redes) destinadas à valorização do património ambiental e cultural das frentes estuarinas, das frentes marítimas, das áreas da rede fundamental de conservação da natureza (áreas classificadas e outras áreas da estrutura ecológica metropolitana);*
  - b) *Regeneração de áreas industriais degradadas e abandonadas – ações requalificação ambiental e melhoria do espaço público, articuladas com*

*ações de reconversão e reutilização de instalações industriais, promovendo a renovação e competitividade do tecido empresarial;*

- c) Reabilitação e sustentabilidade urbana – ações integradas em áreas urbanas específicas afetadas por degradação socio-urbanística e exposição a riscos (bairros sociais críticos, áreas de reabilitação urbana de centros/núcleos históricos, áreas de génese ilegal em risco), visando a promoção da sustentabilidade, da eficiência e da coesão urbanas, através de apoios à eficiência energética das infraestruturas e equipamentos públicos, à mobilidade urbana sustentável e inclusiva, à prevenção e gestão de riscos, à redução de carências de equipamentos e de serviços e à intervenção social dirigida ao combate ao insucesso escolar e à promoção do emprego e da inclusão ativa.*

**2. Contudo, atendendo aos 3 eixos estratégicos mencionados no ponto 1, e às competências da Administração Local, são manifestamente insuficientes as verbas do FEDER alocadas à concretização de política de cidades, nomeadamente nos Objetivos Específicos: 4 (Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores), e 6 (Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos), 9.8 (Concessão de apoio à regeneração física) e 10.5 (Investimentos na educação). Os valores máximos a que a Administração Local pode aceder, enquanto beneficiário, não atingem, sequer, os 13% do total do FEDER do PO Regional, sendo que em alguns deles apenas são beneficiários as empresas, excluindo-se as autarquias.**

**3. Alertar que estão omissas ou subalternizadas no PORL áreas estratégicas, como:**

- a. A valorização do turismo como recurso económico e capital social basilar para a estratégia de desenvolvimento integrado da região, a qual beneficia de um “ecossistema cultural” e de uma “ambiência natural” singular em termos europeus, preponderante fator de identidade e de coesão territorial. Destaca-se aqui ainda a relevância que deveria ser



dada no PORL à náutica de recreio enquanto fileira económica que deve deter enorme expressividade na dinamização económica e social da região e que também se encontra desvalorizada;

- b. O investimento nas fileiras da Economia Azul, uma vez que a atual discussão em torno da Estratégia Marítima para a Região Atlântica afirma que a Europa poderá gerar até 7 milhões de postos de trabalho até 2020 e a Região de Lisboa e a Península de Setúbal possuem uma localização geoestratégica, recursos tecnológicos e humanos, assim, como produzem serviços, bens e conteúdos que me muito contribuem para que esta seja uma área estratégica de intervenção cuja afetação está bastante limitada na atual proposta de Programa Operacional;
- c. O reforço da capacidade institucional das autoridades públicas na eficiência da administração pública (conexo com o Objetivo Temático 11);
- d. A promoção da igualdade do género, do envelhecimento ativo e de uma sociedade mais inclusiva;
- e. O empreendedorismo;
- f. O parque escolar do 1º ciclo do ensino básico e a necessidade da sua requalificação, designadamente, quer para efeitos do cumprimento da Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro - Remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos, quer para promover a eficiência energética das escolas.

4. **Particularmente grave é o que respeita à regeneração e reabilitação urbana,** tanto mais que a versão conhecida do PO SEUR, ao contrário do que era expectável face à prioridade política consensualmente afirmada, só destina à melhoria da eficiência energética em edifícios habitacionais privados 200 milhões de euros. Esta verba não só é insignificante à escala nacional e num horizonte de sete anos, como sendo inacessível às autarquias, compromete a possibilidade de operações integradas, o que consideramos fundamental,

envolvendo o setor público e privado, como era objetivo da própria Comissão Europeia. Acresce que:

- a. No objetivo específico “regenerar física, social e economicamente as zonas desfavorecidas” da prioridade de investimento 9.8 do eixo prioritário 9 (pág. 161) deve ser referido que “O crescimento urbano verificado na Região e a inexistência de uma gestão urbanística eficaz geraram assimetrias e desequilíbrios sócio-urbanísticos e funcionais”. Não se concorda com a expressão “inexistência de uma gestão urbanística eficaz” no contexto em que é inserida. Aliás esta expressão também é repetida nas páginas 25, 152 e 217. Os Municípios das zonas urbanas dificilmente poderiam ter dado respostas ao crescimento urbano e às “assimetrias e desequilíbrios sócio-urbanísticos e funcionais” verificados, independentemente da gestão urbanística que desenvolveram;
- b. No objetivo específico “regenerar física, social e economicamente as zonas desfavorecidas” da prioridade de investimento 9.8 do eixo prioritário 9 (pág. 161) deve ser referido que “A desintegração do tecido urbano e a degradação do edificado originaram áreas de habitação precária (...). Os apoios no âmbito deste objetivo devem orientar-se para ações que visem a regeneração física, social e económica de áreas deprimidas.” Assim, considera-se que nas ações a apoiar devem ser incluídas ações que contribuam para soluções de realojamento dos residentes em habitações precárias;
- c. Em vez de dizer “núcleos históricos” (pág. 162), “centros/ núcleos históricos” (pág. 212) ou “centros históricos” (pág. 218 e 220) se altere para “Centros históricos e núcleos urbanos antigos”;
- d. Deve ser incluído o património industrial na designação da prioridade de investimento: 6.3 – Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural, cultural e industrial.
- e. Deve fazer referência à candidatura da Arrábida a Património Mundial ao nível do eixo prioritário 6, integrando-a na sua redação, à

semelhança do que fez ao indicar o recente reconhecimento do Fado como Património Imaterial da Humanidade.

5. Entende-se que a prioridade de investimento 6.5 do Eixo prioritário 6 poderá apoiar não só projetos do Arco Ribeirinho Sul, mas também a regeneração de áreas urbanas deprimidas, por exemplo bairros críticos e AUGI's.
6. **Rejeitar veementemente que mais de 19% do FEDER do PO se destine a um equipamento hospitalar**, uma vez que a sua área de cobertura ultrapassa a Área Metropolitana de Lisboa, como se pode ler no próprio documento (pág. 27), “com efeitos significativos em termos de melhoria dos níveis de resposta às necessidades de prestação de cuidados de saúde na Região e País” (sublinhado nosso). Aliás, o PORL não deve especificar este investimento, uma vez que a partir deste momento deveria indicar outros equipamentos hospitalares em falta, nomeadamente o futuro hospital do Seixal. Em qualquer caso acresce que no objetivo específico “reorganização da rede hospitalar” da prioridade de investimento 9.7 do eixo prioritário 9 (pág. 158) é referido que “ao longo das últimas duas décadas efetuou-se um reforço da reorganização hospitalar” que permitiu “reforçar a oferta na Península de Setúbal (Garcia da Orta), reduzindo a sua dependência relativamente à cidade de Lisboa”. Importa esclarecer que embora o Hospital Garcia de Orta (e não Garcia da Horta como é incorretamente denominado) tenha sido um reforço, a sua capacidade de oferta é neste momento manifestamente insuficiente. Assim, deverá ser dada outra redação a este conteúdo, sob pena do PORL apresentar um diagnóstico errado da situação hospitalar na Península de Setúbal. Consequentemente, a verba prevista para este projeto deve ser realocada à AIDUS.
7. **Rejeitar que sejam inscritos no POR Lisboa quaisquer investimentos de âmbito nacional.**
8. **Manifestar a insuficiente verba disponibilizada para o projeto do Arco Ribeirinho Sul** – 1% da verba total do PORL para um investimento estruturante para a AML e para a sua afirmação no todo Nacional.

9. **Solicitar que no PORL sejam esclarecidas algumas das questões suscitadas pelo CML (Deliberação 23/CML/2013) a propósito do PARL**, as quais não se encontram também devidamente identificadas e fundamentadas no documento programático do PORL, nomeadamente no que se refere:

- a) À alocação de, pelo menos, 5% do FEDER nacional, prevista no nº 2-A do art.º 7º do Regulamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, para ações integradas para o desenvolvimento urbano sustentável;
- b) À clarificação de critérios sugeridos pelo CML:
  - a. No caso de projetos municipais, os Fundos comunitários sejam atribuídos sob a forma de apoios não reembolsáveis, tendo em conta os limites impostos pela nova Lei das Finanças Locais - Lei 73/2013, de 3 de setembro;
  - b. No caso de projetos privados, implementados por entidades privadas, os Fundos comunitários sejam atribuídos sob a forma de fundos reembolsáveis;
  - c. No caso de projetos privados, implementados por entidades privadas, que venham a cumprir ou superar as metas propostas no contributo para os objetivos da região, deve ser incorporada uma componente de prémio traduzida na conversão de uma parte do subsídio não reembolsável em capital próprio.

10. **Solicitar esclarecimentos sobre os montantes disponíveis para as operações municipais.** Em sede de reunião de trabalho, foi o CML informado que seriam 215 milhões de euros. Analisados os dados disponibilizados, constatamos que no que concerne ao FEDER a verba total disponível atinge no máximo, 149 milhões de euros, aos quais terão também acesso outras entidades. Quanto ao FSE será tendencialmente reduzida a utilização pelos municípios destes fundos. Concluímos assim que o montante global disponível para financiamento de projetos municipais será muito provavelmente substancialmente inferior ao atual QREN (estimado em 150 milhões de euros), e claramente insuficiente.

11. **Solicitar esclarecimentos sobre como se concretiza, em termos de conceção e se operacionaliza, em termos práticos, a governação multinível entre Administração Central, Regional, Local e a Iniciativa Privada**, bem como o esclarecimento de afirmações, por diversas vezes proferidas pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, referindo que nos tipologias de projeto onde se enquadrarem as ações/projetos a desenvolver na AIDUS, não ficarão verbas disponíveis para iniciativas/ operações de âmbito estritamente municipal, no âmbito do POR Lisboa. Estas afirmações retiram capacidade de intervenção, aos municípios para poderem aceder ao PO Regional.
12. **Solicitar esclarecimentos sobre o modelo de gestão da AIDUS**, se a mesma é confiada ao Conselho Metropolitano e qual a intervenção da entidade gestora nacional neste processo.
13. **Solicitar esclarecimentos sobre o conceito de DLBC**, nomeadamente no que diz respeito à dimensão territorial e administrativa (municipal ou supramunicipal), número de habitantes e da possibilidade ou não de coexistirem DLBC de natureza diversa no mesmo território (rural, costeira, urbana e periurbana), assim como da articulação das DLBC com a AIDUS. Deve ser também esclarecido se as DLBC adotam ou não os modelos de gestão dos GAL (PRODER LEADER) e dos GAC (PROMAR) ou se, face à sua natureza, as DLBC urbanas podem manifestar-se de forma diferenciada, aproximando-se do modelo privilegiado anteriormente no QREN em matéria de Políticas de Cidade, nomeadamente no que diz respeito aos Centros históricos, Bairros Críticos, Eco Bairros, e Frentes de Água.
14. **Solicitar esclarecimentos sobre critérios e montantes da Reserva de Eficiência**, previstos no PO.
15. Alertar para o facto de, face à exiguidade de verbas, e ao referido no ponto 10, **ficar subjacente o sentimento de a Área Metropolitana de Lisboa estar a ser**



**forçada ao incumprimento de uma das orientações mais fortes da Comissão Europeia para este quadro comunitário**, que é o Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável, que se pode traduzir na não realização da AIDUS prevista no Acordo de Parceria.

16. **Alertar para a incoerência da PI 8.3**, onde se reconhece “(...) o crescente protagonismo da Administração Local na geração de ecossistemas de empreendedorismo (...)” (pág. 111), mas não se prevê que as Autarquias Locais sejam beneficiárias desta PI, pelo que se recomenda a inclusão das Administração Local na lista de beneficiários. Tal situação manifesta-se igualmente nas PI 3.1 e 3.2., relativas à promoção do espírito empresarial e do desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais, no âmbito p.e. das indústrias culturais e criativas.
17. Salientar que tendo em consideração que as empresas e outras entidades privadas são beneficiárias únicas nos eixos prioritários 1 e 3, mas também são beneficiárias em outros eixos, considera-se um peso excessivo do financiamento FEDER destinado a essas entidades.
18. Tendo em conta que é elegível o “apoio a ações coletivas de assistência empresarial, incluindo serviços públicos de aconselhamento de PME”, considera-se que as Autarquias Locais e as suas Associações também devem ser entidades beneficiárias da prioridade de investimento 3.3. do eixo prioritário 3.
19. A prioridade de investimento 3.4 do eixo prioritário 3 tem como objetivo melhorar as condições de financiamento das empresas. Considera-se, por isso, que devem ser as empresas as beneficiárias diretas e/ou uma entidade financeira pública.
20. Considera-se que os beneficiários da prioridade de investimento 8.5 do eixo prioritário 8, por coerência, seja: “Autarquias Locais e suas Associações, Serviços da Administração Central (...)”

21. **Solicitar esclarecimentos sobre a previsão de dotações que irão ser inscritas para a AIDUS** (quadro 20 da pág. 212), respeitando a alocação de, pelo menos, 5% do FEDER nacional, prevista no nº 2-A do art.º 7º do Regulamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. O montante referido no AP para as duas AIDUS de Lisboa e Porto (532.037.399 € - FEDER e 35.000.000 € – FSE) não se encontra distribuído, o que poderá resultar numa afetação penalizadora para a Região de Lisboa, face ao peso populacional de cada uma das regiões. Caso esta distribuição venha a utilizar o critério demográfico, constata-se que o montante inscrito no POR Lisboa para as políticas urbanas é insuficiente.
22. **Solicitar que as operações alvo de financiamento comunitário sejam excecionadas dos limites ao endividamento das Autarquias e da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso**, sob pena de se colocar em causa a sua capacidade de execução.
23. **Recomendar que a taxa de comparticipação tenha em consideração as dificuldades financeiras da generalidade das autarquias**, sendo que um cofinanciamento de apenas 50% é manifestamente baixo, devendo essa comparticipação não ser inferior a 85%.
24. **Por último, e mais uma vez reafirmar que este novo ciclo de programação financeira pela limitação clara de verbas do PORL e pela não elegibilidade em muitos dos PO temáticos para a AML, não permitirá resolver as imensas desigualdades que existem no seio da AML**. Embora Lisboa seja considerada uma das regiões mais ricas, parecem-nos quase irrealizáveis os objetivos de uma cidade mais competitiva, mais inclusiva e mais sustentável, quando no seu seio existem graves problemas ao nível da coesão territorial, económica e social, em resultado de uma questão já por diversas vezes colocada da composição das NUTS. Permita-nos uma vez mais reafirmar esta nossa discordância.



25. Dar conhecimento da presente deliberação a S.Exa. o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, ao Sr. Presidente da CCDR-LVT e remeter para a sede de consulta pública.

Lisboa, 17 de março de 2014

O Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa

a)António Costa